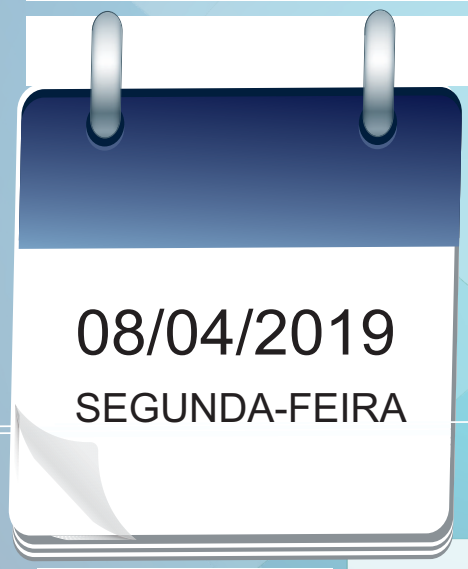
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ 08/04

Caiado muda Codego para estancar corrupção

Governador nomeia nova direção após Operação Confraria prender agentes públicos, na gestão passada, suspeitos de lavagem de dinheiro e desvio de recursos financeiros



Cesmar Moura, Nailton de Oliveira, Valderi Borges e Carlos Toledo



Helton Lenine

Da editoria de **Política**

Por decisão do governador Ronaldo Caiado (DEM), a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás empossou, na última sexta-feira, os novos dirigentes. Na presença do secretário Wilder Morais (Indústria, Comércio e Turismo), o administrador de empresas Valderi Borges da Silva assumiu a presidência da companhia. Ele foi gerente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em Itumbiara.

Também foram empossados: Nailton de Oliveira, ex-prefeito de Bom Jardim de Goiás (Vice-presidência); Carlos César Toledo (Cacal), presidente do DEM de Anápolis (Diretoria administrativa) e o empresário Cesmar Moura (Diretoria Administrativa e Financeira).

O governador espera que a experiência dos novos dirigentes na vida pública possa passar a limpo a Codego: Valderi Borges é administrador de empresas, Nailton de Oliveira e Cesmar Moura são advogados. "Caiado confia que os novos diretores irão realizar uma gestão proativa na Codego", ressalta o secretário de Governo, Ernesto Roller.

A Codego foi comandada, desde o afastamento do presidente Júlio Vaz, em dezembro, pelo ex-deputado federal Chico Abreu (PSDB), após ser envolvida em denúncias da Operação Confraria. Abreu é o presidente do PSDB de Aparecida de Goiânia.

O secretário Wilder Morais disse que, a partir de agora, a Codego vai acelerar os trabalhos para fortalecimento dos distritos agroindustriais do Estado. Já o deputado estadual Álvaro Guimarães e o presidente do DEM de Itumbiara, Dione Araújo elogiaram a decisão do governador pelos nomes escolhidos para comandar a Codego.

INVESTIGAÇÃO

A Operação Confraria, que prendeu quatro pessoas suspeitas de operar um esquema de lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos em Goiás, apreendeu e sequestrou bens avaliados em R$ 18 milhões, em dezembro do ano passado. Segundo a Polícia Federal, entre os bens estão várias joias, 14 veículos de luxo, três apartamentos de alto padrão e duas casas de veraneio, uma delas em Armação de Búzios, no Rio de Janeiro.

Entre os quatro presos, estava o ex-presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), Jayme Rincón, suspeito de receber propina da Odebrecht para campanhas de ex-governador Marconi Perillo, que já havia sido preso na Cash Delivery.

De acordo com o delegado Charles Lemes, responsável pelas investigações, a ação foi um desdobramento da Operação Cash Delivery, que prendeu Perillo em outubro deste ano. Segundo ele, mesmo depois da operação ter sido deflagrada, alguns membros do grupo continuavam a cometer crimes. "O foco da investigação é apurar uma associação criminosa que efetuava embranco de repasses indevidos, recebiam e os distribuíam no âmbito da Codego (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás). A aproximação da Cash Delivery é que um dos alvos, ex-presidente da Agetop, mantinha contato com as pessoas que transportavam dinheiro da Odebrecht, no âmbito da última operação".

Lemes destacou ainda que os bens apreendidos estavam registrados em nomes de laranjas, e que indica a prática de crimes. "Nas apreensões, nos deparamos com carros e imóveis de luxo que eram usados por membros da Codego, mas que não estavam no nome deles, uma característica de lavagem de dinheiro", destaca.

Além de Rincón, também foram presos, em dezembro de 2018, o então presidente da Codego, Júlio César Vaz de Melo, o gerente geral de distritos do órgão à época, Márcio Gomes Borges, e a mulher dele, Meire Cristina Rodrigues, que ocupou o cargo de assessora especial da governadoria do estado.

Governador diz que PF o ajuda a realizar "assepsia" em Goiás

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado destacou o trabalho de assepsia realizado pela Polícia Federal em Goiás, principalmente nesta semana, quando foi deflagrada a terceira fase da Operação Decantação, que investiga fraudes na Saneago.

"A Polícia Federal está me ajudando, agora fazendo a terceira operação, porque são tantos desvios, e um Estado rico como Goiás, viver uma situação calamitosa dessa", disse o governador durante 87º Fórum Empresarial LIDE, em Campos do Jordão, em São Paulo.

Ronaldo Caiado chamou esse tipo de conduta irregular de "vandalismo administrativo" e reforçou que os novos governadores não podem pagar a conta das irregularidades das gestões passadas. "É inadmissível que não que assumimos o governo agora tenhamos que herdar uma situação catastrófica, um verdadeiro vandalismo administrativo assaciado a uma corrupção avassaladora", ressaltou.

MUDANÇAS

Conforme o governador, projetos do governo federal, principalmente de recuperação fiscal, são fundamentais para socorrer os Estados que estão com dificuldades financeiras. Para garantir que desta vez será diferente, Ronaldo Caiado ressaltou as mudanças que já promoveu desde que iniciou o governo, em janeiro de 2019.

É preciso, segundo ele, diferenciar quais são os gestores sérios e que querem realmente fazer com que tenha uma recuperação fiscal do Estado. "Eu já fiz a minha tarefa de casa. Já cortei incentivo, já cortei folha de pagamento e mandei rever todos os meus contratos", afirmou.

Ronaldo Caiado também reforçou que enquanto a ajuda do governo federal não chegar, quem continua sofrendo é a população goiana. "O cidadão goiano está sendo ritimado por um crime que outro praticou, ou seja, a vítima é penalizada", ressaltou.

Limpeza

Diante da nova rodada da Operação Decantação, a Saneago iniciou a demissão de servidores comissionados da gestão Eliton/Marconi.

DIÁRIO DA MANHÃ

Governo diz que recorre a "outras fontes" para pagar Educação

DA REDAÇÃO

A greve da Educação, iniciada na quarta-feira (3) em escolas de todo Estado, reivindica a conclusão do pagamento de dezembro/2018. O governo estadual realizou, na sexta-feira (29), o pagamento de 45% dos docentes ativos na faixa salarial de até R$ 4.450 e dos aposentados até R$ 2.670 que ainda não haviam recebido o salário de dezembro.

Em nota nesta sexta-feira (5), o Governo de Goiás informou que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) são insuficientes para cobrir as despesas com a folha de pagamento da Educação.

O Governo afirmou ainda que o Estado de Goiás recebeu em janeiro R$ 173 milhões do Fundeb; em fevereiro R$ 174 milhões; e em março R$ 160 milhões, alegando que a folha dos ativos da Educação é de R$ 220 milhões e que por isso precisa complementar a folha "recorrendo a outras fontes". Em relação aos aposentados, a nota diz que o pagamento é inteiramente custeado pelo Tesouro Estadual.

Sobre o movimento grevista, o Estado relata que cerca de 59% dos servidores da Educação já receberam o salário de dezembro e mais de 90% já têm o salário de março em conta e que espera que "essa postura" seja "reconhecida" pelos servidores da Educação.

De acordo com a Secretaria de Estado de Goiás (Seduc), 140 escolas estão com as atividades paralisadas e 56 estão com funcionamento parcial. A greve segue até a próxima segunda-feira (8), com uma nova Assembleia Geral para avaliar o resultado da paralisação.

CONFIRA A NOTA:

"O Governo do Estado de Goiás esclarece que os recursos do Fundeb são insuficientes para cobrir as despesas com a folha de pagamento da Educação, mesmo se considerados apenas os servidores ativos.

Em janeiro, Goiás recebeu R$ 173 milhões do Fundeb. Em fevereiro, R$ 174 milhões. E, em março foram R$ 160 milhões. A folha dos ativos da Educação é de R$ 220 milhões, por isso, sempre se faz necessário aporte do Tesouro Estadual. Portanto, mesmo com o emprego de 100% dos recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) para pagamento da folha de professores e funcionários das escolas, o Governo precisa complementar a folha, recorrendo a outras fontes:

Fundo Fomento: Esses recursos são destinados a escolas em tempo integral, com gastos de folha de pagamento, despesas de custeio, investimentos e capacitação de professores.

Salário Educação: Essa fonte de recursos é destinada a gastos com Transporte Escolar, folha de pagamento das escolas e obras em escolas.

O pagamento dos inativos da Educação é inteiramente custeado pelo Tesouro Estadual, em consonância com o entendimento mais recente das Cortes superiores sobre a LRF.

Com relação às reivindicações do movimento grevista, importante registrar que cerca de 59% dos servidores da Educação já receberam o salário de dezembro. E mais de 90% já têm o salário de março em conta.

O Governo de Goiás vem agindo com a máxima transparência, lisura e responsabilidade na gestão da crise financeira encontrada.

Esperamos que essa postura seja reconhecida pelos servidores da Educação e agradecemos pela confiança e sensibilidade dos profissionais que estão mantendo 82% das escolas funcionando normalmente, o que representa 922 escolas em pleno funcionamento das 1.121 unidades no Estado. Governo de Goiás"

O POPULAR 08/04

Em meio a investigações, Saneago prepara PDV

DESEMPENHO Estatal fechou 2018 sem prejuízo depois de cinco anos, mas sofre consequências no caixa por causa da Operação Decantação, que desde a primeira fase, em 2016, impacta obras

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Em meio a Operação Decantação, que desvenda esquema de corrupção na Saneamento de Goiás S.A (Saneago), a estatal goiana prepara Plano de Demissão Voluntária (PDV). A primeira etapa da investigação ocorreu em 2016 e de lá para cá afetou desempenho financeiro da empresa, especialmente por conta de obras que ficaram paradas, segundo o diretor de Finanças, Relacionamento com Investidores e Regulação, Paulo Rogério Bragatto Battiston.

Com a continuidade das investigações, a gestão atual acredita que os reflexos devem ficar no passado, pois a estatal fechou 2018 com lucro líquido (R$ 115,76 milhões) livre de prejuízos depois de cinco anos e trabalha para retomar obras. Só que não basta estar no azul. Uma reorganização interna também é feita, conforme explica o diretor, para permitir ampliar os investimentos. Nos últimos dois anos, a verba para investir caiu 9%, conforme os relatórios financeiros da companhia.

Entre as ações internas, Paulo Rogério afirma que será feito um PDV forte e que a estatal não pretende "contratar depois, ou perde o objeto da decisão voluntária de algumas pessoas". O plano seria remanejamento de pessoal e cortes em serviços de terceiros e até mesmo revisão nas compras de materiais. "Não tenho dúvida de que a tendência é avançar de forma coerente."

Despesa com pessoal é custo que tem peso significativo no caixa. Um PDV já foi realizado em 2017 e a representatividade da despesa em relação a receita operacional passou de 47,54%, em 2017, para 45,59% no ano passado. Só que houve aumento no gasto apurado (7,41%) porque no final o número de trabalhadores aumentou. Passou de 5.261, em 2017, para 5.799, pela convocação de aprovados em concurso. E o índice de produtividade do quadro de pessoal caiu 5,68%, na relação de ligações (água e esgoto) realizadas por número de funcionários.

Outro custo importante é o da energia elétrica, que aumentou 14,35% em um ano e também haveria grupo de trabalho, como pontuou, para buscar uma maior eficiência.

FUTURO

Paulo Rogério esclarece que a Operação Decantação teria levado a um período de paralisação de obras e foi natural o reflexo no faturamento, porque afetou o planejamento do caixa. E dois pontos são importantes para o desempenho financeiro, reajuste de tarifa e novas ligações, que dependem de obras. "Há retomada, mas, claro, que com aquelas pontuais na operação há crivo forte e auditoria interna e só vão retomar depois de análise do critério de governança."

Entre as obras citadas na apuração feita pelo Ministério Público Federal em Goiás (MPF-GO) no âmbito da investigação e que estão paradas ou inconclusas o diretor cita o Sistema Corumbá 4. Ele seria exemplo do que é retomado e tem o que chama de pré-operação prevista para o próximo semestre. Reportagem do POPULAR de 4 de abril mostrou que de 14 construções pelo menos oito foram afetadas.

Prejuízos por falta de pagamentos de dívidas também entram nas justificativa para o baixo investimento e necessidade de cortes. Para o futuro, a intenção da empresa é ter planejamento mais realista para evitar novos impactos. "A tendência da empresa de saneamento é aumento da receita com o reajuste tarifário e buscar o incremento de ligações novas. Mas não pode só depender de aumento de receita."

Ao contabilizar cortes internos, o diretor de Finanças afirma que a projeção para os próximos cinco anos é impulsionar investimentos com R$ 2,5 bilhões. "A Saneago tem hoje garantido acima de R$ 1,1 bilhão financiados e recurso próprio estimado em R$ 1,2 bilhão", diz.

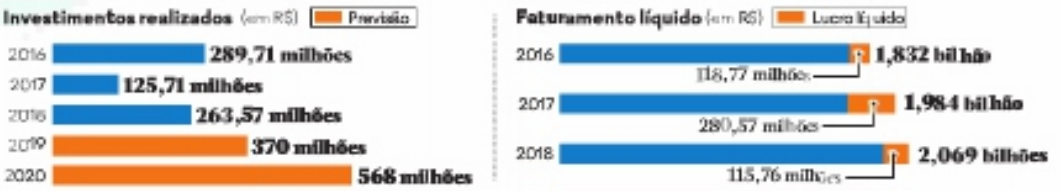
Incremento está programado para este ano com previsão de R$ 370 milhões de investimentos ante os R$ 263,57 milhões em 2018. "Mesmo pelas circunstâncias que passa, a empresa está em atividade e a vida segue, temos de tomar providências para levar qualidade de vida para a população do Estado." Há trabalho para ter respostas, além do realizado pelo MPF-GO e da Polícia Federal, sobre os casos de corrupção citados na Decantação.

A reportagem não conseguiu contato até o fechamento da matéria com representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (Sitneg).

Por dentro da empresa

Veja os resultados financeiros obtidos pela Saneago desde 2016, quando ocorreu a primeira fase da Operação Decantação

DESEMPENHO FINANCEIRO



SERVIÇOS PRESTADOS

Água	População atendida	Extensão da rede	Volume faturado
2016	5,48 milhões de habitantes	27.543 quilômetros	263,26 milhões de metros cúbicos
2017	5,57 milhões de habitantes	28.182 quilômetros	263,34 milhões de metros cúbicos
2018	5,65 milhões de habitantes	30.203 quilômetros	260,33 milhões de metros cúbicos

Esgoto	População atendida	Extensão da rede	Volume faturado
2016	3,10 milhões de habitantes	10.065 quilômetros	144,80 milhões de metros cúbicos
2017	3,28 milhões de habitantes	11.094 quilômetros	146,66 milhões de metros cúbicos
2018	3,48 milhões de habitantes	12.817 quilômetros	151,59 milhões de metros cúbicos

Fonte do mapa – Demonstrações financeiras

Ressalvas em balanço e operação adiaram venda de ações da empresa

Ressalvas em balanço e a Operação Decantação adiaram venda de ações da Saneamento de Goiás S.A (Saneago), segundo o diretor de Finanças, Relacionamento com Investidores e Regulação, Paulo Rogério Bragatto Battiston. Inicialmente prevista para o fim de 2017, a venda de 25% das ações da Saneago para o mercado financeiro, via IPO (oferta pública), tinha a intenção de levantar R$ 1 bilhão que deve ser utilizado para a realização de investimentos. Mas a ideia não está descartada. Segundo o diretor, a nova gestão tem interesse de realizar o procedimento. "A abertura de capital é uma tendência outras grandes empresas de saneamento já fizeram e conseguem se alavancar muito bem, coloca em outro patamar." Porém investigação de casos de corrupção ainda impactam a imagem da empresa nesse processo. Enquanto isso, sobre o que é possível fazer, a estatal conta com reajuste anual que é garantido pela regulação para manter planejamento de obras. Como depende do balanço financeiro que foi fechado na última semana de março, a previsão é de que cálculos sejam encaminhados para a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos (AGR) no final do mês. Já o aumento passaria a valer a partir de julho. Já a revisão tarifária, que estava prevista pra este ano, a empresa propôs adiar para 2020 para ter "cálculo mais justo para o consumidor". O pedido da Saneago de prorrogação da revisão tarifária chegou na AGR e já passou pela análise técnica e jurídica. A proposta será discutida no Conselho Regulador da Agência em suas próximas reuniões.

O POPULAR

Estado suspende a realização de concursos públicos

REFORMA ADMINISTRATIVA Governo endossa medidas de decreto federal para enxugar máquina; contratações e remanejamentos dependem de prévio "diagnóstico"

Karla Jaime
karla.jaime@opopular.com.br

A realização de concursos públicos está temporariamente suspensa no Estado, "até que Goiás possa ter um melhor diagnóstico da realidade atual, incluindo a análise do quantitativo de pessoal que aguarda nomeação, das áreas prioritárias e da situação econômico-fiscal do Estado", informa a Secretaria de Estado de Administração (Sead), ao ser questionada sobre possível adoção pelo governo estadual de medidas semelhantes às do Decreto 9.739, publicado no Diário Oficial da União de 29 de março. Com o decreto, o governo federal visa definir quais concursos públicos serão feitos nos próximos anos, com prioridade para o enxugamento da máquina.

Apesar de considerar as ações previstas no Decreto 9.739 importantes para a racionalização das despesas de pessoal, afirmando que "muitas estão sendo elaboradas ou colocadas em prática por aqui", a Sead avalia que o cenário e as necessidades diferem em alguns pontos na administração federal e no Estado. "Goiás enfrenta problemas para se adequar aos limites de gastos de pessoal impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal", observa.

Um dos objetivos do decreto federal é promover troca de informações para auxiliar o governo a repor quadros, quando necessário. Sobre esse ponto, a Sead explica que o planejamento e a realização de concursos, assim como a contratação de temporários, estão inseridos "dentro de uma estratégia maior de gestão eficiente de pessoal", referindo-se à reforma administrativa em curso.

Com a reforma, a Sead espera diminuir despesas com "redução e readequação de estruturas, cargos de assessoramento e funções comissionadas". Para isso, ainda segundo a secretaria, está sendo realizado "um estudo de dimensionamento de pessoal" para que sejam feitos os remanejamentos necessários.

Entre os aprovados em concursos do Estado, a única convocação confirmada é a de 435 professores, uma parte dos quais tomou posse na semana passada. Além deles, devem ser feitas apenas as nomeações já determinadas pela Justiça e outras judicializadas, mas ainda pendentes de conclusão.

No caso da anunciada expansão do atendimento do Hospital Materno Infantil (HMI) com a abertura de 39 a 43 leitos de enfermaria pediátrica no Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol) até 14 de abril, o que exigirá chamar os profissionais do cadastro de reserva já existente do processo seletivo instaurado para o HMI, a Sead esclarece que o processo compete à Agir, organização social responsável por administrar o Hugol, que vai organizar essa contratação.

Principais pontos do Decreto 9.739

Medidas publicadas no Diário Oficial da União visam o enxugamento da máquina

- Revisão de dispositivos da legislação vigente sobre exigências na organização de concursos públicos na administração federal
- Torna mais rigorosos os critérios para definir quais concursos públicos serão feitos nos próximos anos
- Detalha critérios e procedimentos a serem adotados para definir níveis hierárquicos e o quantitativo de profissionais nas unidades da administração
- Razões diretrizes para identificar as necessidades e especificidades de cada órgão, e o perfil do servidor necessário para cada um deles
- Traz diretrizes para a aprovação ou revisão de estatutos e estruturas regimentais e para o remanejamento ou redistribuição de cargos e funções públicas
- Apresenta regras para criação, transformação ou extinção de cargos, e para a criação, reorganização ou extinção de órgãos e entidades
- Prioriza o enxugamento da máquina pública
- Estabelece troca de informações entre os órgãos para auxiliar o governo a repor quadros
- Indica medidas de eficiência organizacional na administração pública Federal direta, autárquica e Fundacional
- Detalha regras para a contratação excepcional de pessoal para atender a necessidades temporárias

Fonte: Agência Brasil

O POPULAR

Demanda de água vai aumentar 44%

RECURSOS HÍDRICOS Estudo da Agência Nacional de Águas (ANA) coloca Goiás entre os três Estados que terão maior incremento proporcional de consumo até 2030 e acima da média do País

Galtiery Rodrigues
galtiery.rodrigues@opopular.com.br

Tente imaginar meio milhão de piscinas olímpicas cheias de água até a borda. Se é algo impensável, mensure, então, o equivalente a 14 vezes toda a água consumida pela população de Goiânia em um ano. Este será o aumento de uso de recursos hídricos em Goiás até 2030, conforme projeção feita pelo Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil, estudo desenvolvido pela Agência Nacional de Águas (ANA). O incremento de demanda hídrica no Estado em um curto espaço de tempo (pouco mais de uma década) é algo que preocupa, dada a realidade de limitação e escassez já enfrentada nos últimos anos.

O aumento proporcional será de 44%, o terceiro maior entre os Estados brasileiros, atrás apenas de Tocantins e do Amazonas. Em números absolutos, equivale dizer que o Estado chegará em 2030 consumindo, em um ano, quase 1,4 trilhão de litros de água a mais do que gasta hoje. Entre os diferentes segmentos e usuários de água analisados pelo estudo, as maiores variações na demanda hídrica em Goiás ocorrerão no setor da indústria e da agricultura, por meio da irrigação, que é hoje o maior consumidor de água no Brasil e no Estado *(veja quadro na página 15)*.

Consciente da realidade e dos alertas já presentes no Plano Estadual de Recursos Hídricos de Goiás, publicado em 2016, a secretária estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Andréa Vulcanis, diz que um plano de segurança hídrica para o Estado será elaborado e apresentado ao governo. Basicamente, a ideia é implantar medidas que propiciem a convivência dos diversos segmentos usuários de água dentro de uma realidade possível de disponibilidade e sustentabilidade hídrica. "Em um Estado com franco avanço da economia, isso é muito preocupante", diz.

> *"Não é que vai faltar... Já está faltando água. Antes, a gente falava que esse dia chegaria e era algo distante, mas esse dia chegou"*
>
> **Andréa Vulcanis, secretária estadual de Meio Ambiente**

A necessidade de conciliação em prol da garantia do uso prioritário, que é o abastecimento humano e animal, mostrou-se necessária, por exemplo, na Bacia do Rio Meia Ponte, em 2017, de onde sai a água que corresponde a mais da metade do fornecimento de Goiânia e cidades da região. Foram constatados, na época, diversos usos irregulares acima do ponto de captação da Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) que continuavam a todo vapor, independente da escassez de chuva, e que, por consequência, contribuíram para acirrar a falta de água em quase uma centena de bairros.



Fábio Lima

Desperdício: funcionário de prédio utiliza jato de água para lavar calçada na Avenida T-15, no Setor Bueno

O consumo humano nas cidades goianas deve aumentar 17% até 2030, um índice bem abaixo de outros segmentos, como indústria (122%) e irrigação (43%), mas não menos preocupante diante do contexto. O aumento populacional é um fator que pressiona a demanda hídrica na zona urbana. Além da tendência de êxodo rural, elemento que condiciona o consumo humano na zona rural como sendo o único que vai diminuir em 10 anos, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) colocam Goiás, hoje, como o segundo Estado do País que mais atrai novos moradores. Só perde para São Paulo.

A tendência, com o tempo, é de que a disponibilidade hídrica seja um fator limitante do crescimento. Em Cristalina, cidade do Leste goiano e maior usuária de água do Estado, devido a grande concentração de pivôs centrais (a maior da América Latina), a implantação de uma indústria, por exemplo, é algo impraticável. "Temos dificuldade de atrair mais investimentos para a região de lá, justamente, por causa da segurança hídrica", conta o presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), Bruno Beraldi.

Em 2003, a professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Luciana Gonçalves Tibiriçá, desenvolveu pesquisa na região de Cristalina e a situação de conflito por água já existia. Sem medidas eficazes de fiscalização, preservação e controle, o contexto tende a ficar cada vez pior no Estado, segundo ela.